

Compliance **e Direito Penal Econômico**

2019

Coordenadores:

Fábio Ramazzini Bechara

Marco Aurélio Pinto Florêncio Filho

Organizadores:

Amanda Scalisse Silva

Gabriel Druda Deveikis

Patricie Barricelli Zanon

Tais Ramos

COMPLIANCE E DIREITO PENAL ECONÔMICO

© Almedina, 2019

AUTOR: Fábio Ramazzini Bechara

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935147

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bechara, Fábio Ramazzini
Compliance e direito penal econômico / Fábio
Ramazzini Bechara. -- São Paulo : Almedina, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-514-7

1. Compliance 2. Direito econômico 3. Direito
econômico - Brasil 4. Direito penal 5. Direito
penal - Brasil I. Título.

19-29745

CDU-343.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Compliance : Direito penal econômico 343.33

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

1159174

SUMÁRIO

Parte I – Discussões Atuais Acerca de Direito Penal Econômico

A Evolução Normativa Anticorrupção no Plano Nacional e Estrangeiro: Uma Análise a Partir das Velocidades do Direito Penal	27
Introdução.....	27
1. FCPA e UKBA: Bases Legislativas Estrangeiras no Combate à Corrupção Privada.....	28
2. A Lei nº 12.846/2013 no Combate à Corrupção Empresarial	30
3. As Velocidades do Direito Penal.....	35
Conclusão.....	36
Referências	37
A Contribuição do Direito Internacional para a Prevenção e a Repressão da Corrupção	39
Introdução.....	39
1. Definições e Tipologia.....	40
1.1 Corrupção.....	40
1.2. Corrupção Pública x Privada.....	40
1.3. Grande Corrupção x Pequena Corrupção	41
1.4. Corrupção Nacional x Corrupção Internacional.....	41
1.5. Corrupção Ativa x Corrupção Passiva	42
2. As Iniciativas Internacionais na Luta Contra a Corrupção.....	42
2.1. Convenção da OCDE.....	44
2.2 Convenção da ONU	46
A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Convenção de Mérida	46
2.3 Convenção da OEA.....	48
A Convenção Interamericana contra a Corrupção	

e a contribuição das organizações regionais	48
Conclusão.....	50
Referências	51

Justiça Criminal Negocial:

Uma Análise do Regime Jurídico da Colaboração de Investigados no Brasil – Acordos de Colaboração Premiada e de Leniência	53
Introdução.....	53
1. A <i>Plea Bargaining</i> no Direito Norte-Americano.....	55
2. A Tradução do <i>Plea Bargaining</i> no Direito Brasileiro	58
2.1. Acordo de Colaboração Premiada	61
2.2. Acordo de Leniência.....	66
3. Possíveis Ajustes	70
Conclusão.....	72
Referências	73

Parte II – Criminal Compliance

20 Anos de Compliance e Políticas Públicas de Combate e Prevenção à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.....	77
Introdução.....	77
1. <i>Compliance</i> e Políticas Públicas como Mecanismos de Combate e Prevenção a Crimes	79
2. Principais Políticas Públicas Instituídas nos Últimos 20 Anos e a Cultura do Compliance no Brasil.....	83
Conclusão.....	92
Referências	94

O Conflito de Instâncias na Aplicação dos Instrumentos de Combate à Corrupção e os Efeitos sobre o Compliance	97
Introdução.....	97
1. Breve Histórico Legislativo do Compliance no Brasil	100
2. Diversidade de Instâncias.....	101
2.1. Direito Penal.....	102
2.2. Direito Administrativo	106
2.3. Direito Civil.....	109
Conclusão.....	110
Referências	112

Atos com Repercussão Transnacional e o <i>Compliance</i> Criminal da Empresa Sujeita a Múltiplos Ordenamentos Jurídicos	115
Introdução.....	115
1. A Crescente Transnacionalização das Atividades Criminosas, a Necessidade de Cooperação Jurídica Internacional e a Acentuada Importância de Políticas de <i>Compliance</i> Criminal	117
2. O <i>Compliance</i> Criminal de Empresas com Relações ou <i>Repercussões</i> Transnacionais. Necessidade Cada Vez Mais Corriqueira de Reportar Fatos a Autoridades de Outros Países, Independentemente do Local de Consumação do Delito.....	119
3. O <i>Compliance</i> Processual Penal como Instrumento de Gestão de Riscos: a Necessária Observância de uma Cadeia de Custódia “Plurijurisdicional”	122
Conclusão.....	126
Referências	127
Investigação e Prova nos Atos de Corrupção: <i>Compliance</i> e <i>Due Diligence</i> 129	
Introdução.....	129
1. <i>Compliance</i> Empresarial e as Esferas de Aplicabilidade de Preceitos Penais como Norteadores de Comportamento pela Política Anticorrupção.....	130
2. <i>Compliance</i> e <i>Due Diligence</i>	133
Conclusão.....	138
Referências	139
Questionamentos e Pontos Relevantes ao se Pensar uma Política de Proteção a <i>Whistleblowers</i> no Brasil a Partir de Casos e Experiências Norte-Americanas: suas Repercussões em Políticas de <i>Compliance</i> Criminal	141
Introdução.....	141
1. Questionamentos e Pontos Relevantes que a Experiência Norte-Americana em Políticas de <i>Whistleblowing</i> pode Oferecer ao Brasil	144
1.1. Uma só lei sobre <i>whistleblowing</i> , ou várias? Diferentes contextos e sujeitos envolvem diferentes necessidades, limites e pressupostos à atividade de quem reporta - pulverização, no ordenamento jurídico americano, das proteções aos <i>whistleblowers</i> em diferentes diplomas.....	144
1.2. <i>Whistleblowers</i> e dever de confidencialidade do ofício desempenhado - proteção a <i>whistleblowing</i> em atividades que se relacionem com segurança ou saúde públicas: o incentivo à revelação de informações de interesse social contraposto à eventual sensibilidade ou confidencialidade das mesmas.....	149
1.3. <i>Whistleblowing</i> decorrente do próprio exercício da função: cabe proteção? ...	151
1.4. O <i>whistleblower</i> precisa se reportar a autoridades públicas para que obtenha	

qualquer proteção? Deve caber proteção pública àquele que reporta irregularidades apenas internamente?	153
Conclusão.....	157
Referências	159
La Importancia del Denunciante (<i>Whistleblower</i>) como Mecanismo de Participación Ciudadana en el Combate a la Corrupción	161
Introducción	161
1. La Figura del Denunciante como un Mecanismo de Participación Ciudadana.....	165
2. La Definición Amplia del Concepto de <i>Whistleblower</i> a fin de Asegurar la Participación Ciudadana en el Combate la Corrupción	170
Conclusión	177
Referências	179
Violação de Segredos de Negócio, <i>Compliance</i> e Crime Organizado	181
Introdução	181
1. Crime Organizado: um Conceito Tão Amplo Quanto suas Atividades.....	182
2. Concurso de Pessoas, Associação Criminosa e Organização Criminosa.....	188
3. Segredos de Negócio e a Importância do Compliance para sua Preservação	200
3.1. <i>Compliance</i> no Âmbito do Crime de Violação de Segredos de Negócio.....	208
Conclusão.....	214
Referências	216
A Panacéia da Teoria do Domínio do Fato e o Compliance como Possível Solução	219
Introdução.....	219
1. Teoria do Domínio do Fato e os Dispositivos Nacionais Sobre o Tema.....	221
2. A Teoria do Domínio do Fato Aplicada como uma Panaceia Geral.....	226
3. Compliance como Possível Forma de Evitar Maiores Infortúnios	228
3.1. Compliance no Território Nacional (Lei nº 12.846/ 2013)	231
Conclusão.....	232
Referências	234
A Repercussão da Governança Corporativa na Responsabilidade Penal da Pessoa Física e Jurídica	235
Introdução.....	235
1. A Expansão do Direito Penal e a Necessidade de Novas Formas de Controle ...	236
2. Governança corporativa	240
3. A Responsabilidade Penal da Pessoa Física: Responsabilidade dos Dirigentes De Empresas.....	244

4. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	248
Conclusão.....	254
Referências	255

Compliance e Aspectos Prático-Legais da Investigação em Ambiente Digital 257

Introdução.....	257
1. O <i>Compliance</i> e a Importância do Conhecimento do Ordenamento Jurídico Pelas Empresas no Contexto Digital Contemporâneo	258
2. Os Aspectos Prático-Legais da Investigação Privada Com Foco na Prova Digital	263
2.1. O Monitoramento das Atividades dos Empregados pela Empresa e a Licitude da Prova Obtida.....	264
2.2. A Correta Preservação da Prova Assegurando sua Integridade, Autenticidade e Cadeia de Custódia: a Importância do Procedimento	268
Conclusão.....	273
Referências	274

Responsabilidade Social Corporativa como Instrumento de *Compliance* 277

Introdução.....	277
1. Responsabilidade Social Corporativa (CSR).....	279
1.1. Síntese da Origem e Evolução	279
1.2. Caracterização	283
1.3. A Reputação Empresarial	284
2. Modelos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	287
3. Responsabilidade Social da Empresa na Proposta de Instrumento de <i>Compliance</i>	289
3.1 Implementação da Área de <i>Compliance</i>	290
3.2. Formação da Equipe e os Recursos.....	290
3.3. Mapeamento, Monitoramento de Riscos e Avaliações Contínuas.....	290
3.4. Canal de denúncias, investigação e reporte.....	291
3.5. Calibragem de Condutas.....	291
3.6. Compromissos Internacionais	291
Considerações Finais	292
Referências	293